do delito, este confunde-se com o próprio mérito da ação penal, e inviável a sua análise e avaliação nos limites estreitos do "Habeas Corpus", que não comporta o contraditório e a dilação probatória, devendo ser valoradas em momento oportuno, sob pena de caracterizar-se supressão de instância. As alegadas condições pessoais do paciente por si só não autorizam a revogação da prisão preventiva, quando presentes elementos que autorizem a segregação. Presentes os requisitos previstos no artigo 312 e 313, I do Código de Processo Penal. Ausência do constrangimento ilegal apontado. Ordem denegada. Conclusões: ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

062. HABEAS CORPUS 0061268-26.2018.8.19.0000 Assunto: Homicídio Qualificado / Crimes contra a vida / DIREITO PENAL Origem: NOVA IGUAÇU 4 VARA CRIMINAL Ação: 0007667-25.2017.8.19.0038 Protocolo: 3204/2018.00628392 - IMPTE: PEDRO JUAN SANTOS SILVA OAB/RJ-214325 PACIENTE: ANDREW SENA RAMOS AUT.COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE NOVA IGUAÇU **Relator: DES. SUELY LOPES MAGALHAES** Funciona: Ministério Público Ementa: Habeas Corpus. Prisão preventiva. Artigos 121, §2º, I e IV, c/c 14, inciso II, todos do Código Penal. Revogação da prisão preventiva do paciente, reconhecendo a nulidade da decisão que indeferiu o pleito libertário e, subsidiariamente, possibilidade de aplicação de medidas alternativas previstas no artigo 319 do CPP por inexistir indícios suficientes de que a liberdade do réu prejudicaria a correta aplicação da lei penal. Sustenta a defesa, a ausência de fundamentação idônea a lastrear a medida aplicada e dos requisitos que autorizam a prisão cautelar. Conforme informações prestadas, o feito encontra-se com seu andamento regular. Ressaltou-se que a vítima sobrevivente teria reconhecido o paciente como autos dos fatos e teria afirmado que o mesmo seria um "matador" na localidade. A prisão preventiva mostrou-se necessária e proporcional diante das circunstâncias apresentadas no caso e gravidade do delito praticado. Inicialmente, o impetrante aduz questões que envolvem o mérito da ação penal, sustentando não ter sido o paciente o autor da tentativa. Neste cenário, inviável a apreciação dos argumentos meritórios em sede do presente remédio heroico por não comportar dilação probatória. Das peças que instruem o presente writ, verifica-se que o título prisional encontra-se devidamente fundamentado, demonstrando o d. Juiz a quo, a necessidade da custódia para assegurar-se a aplicação da lei penal, nos termos da lei processual. Restaram evidenciados, no caso concreto, o fumus boni iuris e o periculum in libertatis, considerando que o delito imputado ao ora paciente possui pena em abstrato superior a 04 (quatro) anos, a conduta e a periculosidade demonstrada. Em que pese ser a constrição da liberdade a última ratio, deve ela ser conservada quando as medidas cautelares diversas da prisão não se mostrarem adequadas ou suficientes para coibir o cometimento de novos crimes ou para resguardar a aplicação da lei penal. Motivos da prisão que se mantêm íntegros. Aplicação de medida cautelar prisional que não fere o princípio da presunção de inocência. Inteligência da Súmula 21 do STJ. Ausência do constrangimento ilegal apontado. Ordem denegada. Conclusões: ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

063. HABEAS CORPUS 0061420-74.2018.8.19.0000 Assunto: Roubo Majorado / Contra o Patrimônio / Ato Infracional / DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Origem: RESENDE 2 VARA CRIMINAL Ação: 0002475-90.2017.8.19.0045 Protocolo: 3204/2018.00629874 - IMPTE: SIGILOSO PACIENTE: SIGILOSO AUT.COATORA: SIGILOSO CORREU: SIGILOSO **Relator: DES. SUELY LOPES MAGALHAES** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

064. HABEAS CORPUS 0062047-78.2018.8.19.0000 Assunto: Resistência / Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral / DIREITO PENAL Origem: PARACAMBI VARA ÚNICA Ação: 0002535-47.2018.8.19.0039 Protocolo: 3204/2018.00636785 - IMPTE: ROMULO FERREIRA DE MORAES RODRIGUES (DP 969.626-1) PACIENTE: MAX FERREIRA RIBEIRO AUT.COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA PARACAMBI **Relator: DES. SUELY LOPES MAGALHAES** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EMENTA: Habeas Corpus. Artigos 329 do CP, c/c 15, da lei 10.826/03. Alega o impetrante o constrangimento ilegal por ausência de fundamentação no decreto prisional, de necessidade da medida e dos requisitos legais ensejadores da segregação cautelar, objetivando liminarmente o trancamento da ação penal por ausência de justa causa e no mérito, a revogação da prisão. Subsidiariamente, requer a aplicação de medidas cautelares diversas. Sustenta-se ainda, ser o paciente inocente, ter sido violado o princípio da homogeneidade e ostentar condições pessoais favoráveis à concessão da sua liberdade. Consta das informações prestadas, ter sido decretada a prisão temporária e deferida a busca e apreensão na residência do paciente, com o objetivo de apreender a arma usada no crime. Notícia ainda, que recebida a denúncia foi decretada a prisão preventiva do paciente. Por fim, ratificado o recebimento da denúncia, designou-se a audiência de instrução e julgamento para o dia 05/12/2018. Decisão devidamente fundamentada. Presentes o "fumus commissi delicti" e o "periculum libertatis". Não há qualquer ilegalidade a ser sanada no decurso da ação, considerando a gravidade dos crimes imputados ao paciente reincidente, descabendo ainda, a aplicação do artigo 319 pelos mesmos motivos. Depreende-se dos autos, que a segregação cautelar mostra-se devidamente adequada e necessária por conveniência da instrução criminal, para acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça, garantindo-se, assim, a ordem pública e a aplicação da lei penal. No tocante ao exame das questões relativas à autoria e materialidade dos delitos, este confunde-se com o próprio mérito da ação penal, inviável a sua análise e avaliação nos limites estreitos do "Habeas Corpus", que não comporta o contraditório e a dilação probatória, devendo ser analisadas em momento oportuno, sob pena de se caracterizar supressão de instância. Incabível ainda, a alegação de ofensa ao princípio da homogeneidade por trata-se de análise a ser feita num futuro julgamento. Ante o exposto, estando o magistrado singular próximo das provas relacionadas à prática delituosa, encontra-se mais apto a aferir a necessidade da segregação. Por fim, as alegadas condições pessoais ostentadas pelo paciente por si só não autorizam a revogação da prisão preventiva, quando presentes elementos que autorizem a segregação. Presentes os requisitos previstos nos artigos 312 e 313, II do Código de Processo Penal. Ordem denegada. Conclusões: ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

065. HABEAS CORPUS 0053941-30.2018.8.19.0000 Assunto: Estupro de vulnerável / Crimes contra os Costumes / DIREITO PENAL Origem: PETROPOLIS 1 VARA CRIMINAL Ação: 0011837-28.2017.8.19.0042 Protocolo: 3204/2018.00553133 - IMPTE: ANA PAULA DE FREITAS BALTAR DE CARVALHO OAB/RJ-177987 PACIENTE: SIGILOSO AUT.COATORA: SIGILOSO **Relator: DES. SUELY LOPES MAGALHAES** Funciona: Ministério Público Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

066. HABEAS CORPUS 0059674-74.2018.8.19.0000 Assunto: Apropriação indébita / Crimes contra o Patrimônio / DIREITO PENAL Origem: CAPITAL 38 VARA CRIMINAL Ação: 0016115-16.2008.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00612019 - IMPTE: JORGE LUIZ RODRIGUES BAPTISTA DE PAULA OAB/RJ-154890 PACIENTE: SERGIO GOMES DE FREITAS AUT.COATORA: JUIZO DE DIREITO DA 38ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DA CAPITAL **Relator: DES. SUELY LOPES MAGALHAES** Funciona: Ministério Público Ementa: EMENTA: Habeas Corpus. Artigo 168, § 1º, III do Código Penal. Condenação. Pena: 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, substituída por penas alternativas. Requer o impetrante o reconhecimento da prescrição da pretensão executória, extinguindo-se a punibilidade do paciente, por ter ocorrido o trânsito em julgado para a acusação em 15/08/2011. Alega ainda, que o decurso do prazo prescricional deve ser aferido pela pena em concreto de 4 anos, inobstante o trânsito em julgado em definitivo ter